



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
INSTITUTO MENINO MIGUEL
DEPARTAMENTO DE LETRAS

LUCIENE ALMEIDA DA COSTA SANTOS

**OS DESAFIOS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA QUALIFICAR
AS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS**

Recife-PE

2023

LUCIENE ALMEIDA DA COSTA SANTOS

OS DESAFIOS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA QUALIFICAR AS
AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
Gestão de Políticas Sociais, da
Universidade Federal Rural de
Pernambuco, como requisito à obtenção
do título de especialista.

Orientador: Profa. Me. em Ciência
Política Gabriella Maria Lima Bezerra.

Recife-PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237d Santos, Luciene Almeida da Costa
Os desafios da gestão da informação para qualificar as ações da proteção social no SUAS / Luciene Almeida da Costa
Santos, - 2023.
46 f.

Orientadora: Gabriella Maria Lima Bezerra.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em
Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. Gestão da informação. 2. Proteção social . 3. Vigilância socioassistencial. 4. Monitoramento e avaliação. I. Bezerra,
Gabriella Maria Lima, orient. II. Título

CDD 320.6

Aprovada em: 05/05/2023.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra (Orientadora)

UFRPE

Profa. Dra. Valéria Gomes

UFRPE

Prof. Dr. Maximiliano Carneiro da Cunha

UFRPE

FORTE

Seja forte
Mais que ontem
Seja forte
Mais uma vez

Nada está perdido
É preciso acreditar
Com fé no afeto
Na ciência
No mistério
De novo
Eu quero dizer pro mundo
E pra mim
Dizer pro mundo
E pra mim:

Seja forte
Mais que ontem
Seja forte
Mais uma vez

(Luisão Pereira)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu guia e minha fortaleza, diante das tribulações, incertezas e percalços ao longo de toda a trajetória de realização e finalização do curso.

Aos professores do curso e coordenadores Prof. Humberto Miranda e Valéria Gomes, pela contribuição para a construção de novos conhecimentos e estabelecimento de vínculos com novos saberes, que espero retribuir através da qualificação da minha prática profissional.

Ao Governo do Estado de Pernambuco, especialmente a Paula Vanuza Gerente de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GGTEP e a Joelson Rodrigues Ex-Secretário Executivo de Assistência Social, pela dedicação para realização deste curso.

A Escola de Formação de Trabalhadores do SUAS de Pernambuco (EFOSUAS/PE), a oportunidade inovadora e pioneira na oferta e organização do presente curso de especialização.

A meu marido Jorge, por sempre me incentivar e apoiar com frases “você pode”, “você vai conseguir”, nos momentos de tensão e aflição durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus filhos Emanuel e Manuela, pela paciência e compreensão nas minhas ausências enquanto eu realizava este curso.

A minha irmã, Lenita pelo incentivo e orientação na escrita deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa expor reflexões e análises críticas da trajetória e experiências vivenciadas durante o curso de especialização em “Gestão de Políticas Sociais”. Para tal propósito, o mesmo é composto por três capítulos, sendo o primeiro, destinado ao memorial ligado aos afetos e vivências históricas vividas durante o curso, bem como as contribuições das disciplinas com seus referenciais teóricos. O segundo capítulo, destinado à análise conceitual, traz considerações sobre a relevância da gestão da informação para Política de Assistência Social e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), percorrendo caminhos que desafiam sua implementação, com destaque o monitoramento e avaliação, sua inter-relação com a política de recursos humanos, educação permanente e contexto pós-pandemia da covid19. E, por fim a proposição do projeto de intervenção com o objetivo de incorporar a visão da vigilância socioassistencial, enquanto função e área da política de assistência social, para o enfrentamento das dificuldades apresentadas com relação à utilização das ferramentas da informação pelas equipes de referências que atuam nos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), ofertados pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de referência Especializado da Assistência Social (CREAS). A proposta tem como estratégia criar condições favoráveis para tornar evidente a importância da gestão da informação, com destaque para a informação, monitoramento e avaliação, por meio de atividades e metodologia participativas instrumentalizadas por ações reflexivas e formativas. Com a intervenção espera-se que os instrumentos definidos para orientar a realização de diagnósticos e planejamento das ações socioassistenciais promovam o rompimento das práticas profissionais fragmentadas que incidem nos indicadores de desempenho e conseqüentemente na qualidade dos serviços ofertados à população.

Palavras-Chave: Gestão da Informação. Proteção Social. Vigilância Socioassistencial. Monitoramento e Avaliação.

ABSTRACT

The present work aims to expose reflections and critical analyzes of the trajectory and experiences lived during the specialization course in “Social Policy Management”. For this purpose, it is composed of three chapters, the first of which is dedicated to the memorial linked to the affections and historical experiences lived during the course, as well as the contributions of the disciplines with their theoretical references. The second chapter, intended for conceptual analysis, brings considerations about the relevance of information management for the Social Assistance Policy and strengthening of the Unified Social Assistance System (SUAS), covering paths that challenge its implementation, with emphasis on monitoring and evaluation, its interrelationship with human resources policy, continuing education and the post-covid19 pandemic context. And, finally, the proposition of the intervention project with the objective of incorporating the vision of social assistance surveillance, as a function and area of social assistance policy, to face the difficulties presented in relation to the use of information tools by the reference teams that work in the social assistance services of Basic Social Protection (PSB) and Special Social Protection (PSE), offered by the Social Assistance Reference Center (CRAS) and the Social Assistance Reference Center (CREAS). The proposal's strategy is to create favorable conditions to make evident the importance of information management, with emphasis on information, monitoring and evaluation, through participatory activities and methodology instrumentalized by reflective and formative actions. With the intervention, it is expected that the instruments defined to guide the realization of diagnoses and planning of social assistance actions will promote the disruption of fragmented professional practices that affect performance indicators and, consequently, the quality of services offered to the population.

Keywords: Information management. Social Protection. Social Assistance Surveillance. Monitoring and Evaluation

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MEMORIAL	12
2.1 Resgatando trajetórias: ressignificando sonhos em desejos	12
2.2 Contribuições das disciplinas para a construção do referencial teórico	16
3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO	22
3.1 A Política de Assistência Social e a Gestão da Informação: caminhos para a construção da Proteção Social	22
3.2 Gestão da Informação no SUAS: desafios e perspectivas	24
3.3 A gestão da informação como ferramenta para o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social	27
3.4 A política de recursos humanos para sustentabilidade do SUAS	31
3.5 Contexto socioeconômico e político pós-pandemia da covid19: rebatimentos sobre a gestão da informação na Política de Assistência Social	33
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	35
4.1 Justificativa	35
2.2 Objetivos	32
4.2.1 Objetivos específicos	37
4.3 Atividades	37
4.4 Metodologia	38
4.5 Resultados Esperados	40
4.6 Avaliação.....	40
4.7 Previsão de Cronograma	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa expor reflexões e análises sobre alguns desafios que se interpõem entre elementos fundamentais para o processo de elaboração e gestão de qualquer política pública, no caso em questão, a informação. O início do ciclo de formulação de uma política pública tem origem com o processo avaliativo que identifica a situação problema, que deve entrar na agenda para tomada de decisão da gestão pública e consequentemente se transformar em ofertas de serviços e benefícios para a população.

Ancorada na essencialidade da informação enquanto base para fundamentar teorias e gerar conhecimentos, abordar a gestão da informação na política de assistência social e sua contribuição para consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se constitui urgente e imprescindível, principalmente nos municípios de pequeno porte, onde os recursos, financeiro, tecnológico e recurso humano são escassos para dar conta de todas as exigências que são impostas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2012).

Tendo em vista a dimensão da importância do tema gestão da informação e sua contribuição para aprimorar a gestão pública nos processos de planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, o presente estudo, buscou o aporte teórico em normativas, orientações técnica-metodológica, teses de mestrado, a exemplo de Raupp, livros e artigos científicos de autores que construíram as referências fundamentais acerca do objeto de estudo onde se destacam autores como Borges, Esping-Andersen, Jannuzzi, Kerstenetzky, Koga, Lotta, Garcia, Rodrigues, Souza, Tapajós, Xun Wu, bem como em publicações de especialistas da área da assistência social, Silveira, Samico, Sposati, Raichelis, entre outros.

Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso é composto pelo memorial, onde são apresentadas as vivências, referência e experiência profissional na área de atuação da política de assistência social, e as contribuições das disciplinas do curso para o referencial teórico e conceitual.

O segundo capítulo, destinado à análise conceitual, traz considerações sobre a relevância da gestão da informação para Política de Assistência Social e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), percorrendo caminhos que desafiam sua implementação, com destaque o monitoramento e avaliação, sua inter-relação com a política de recursos humanos, educação permanente e contexto pós-pandemia da covid19. E, por fim a proposição do projeto de intervenção com o objetivo de incorporar a visão da vigilância socioassistencial, enquanto função e área da política de assistência social, para o enfrentamento

das dificuldades apresentadas com relação à utilização das ferramentas da informação pelas equipes de referências que atuam nos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), ofertados pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de referência Especializado da Assistência Social (CREAS). A proposta tem como estratégia contribuir com condições favoráveis para tornar evidente a importância da gestão da informação, com destaque para a informação, monitoramento e avaliação, por meio de atividades e metodologia participativas instrumentalizadas por ações reflexivas e formativas. Com a intervenção espera-se que os instrumentos definidos para orientar a realização de diagnósticos e planejamento das ações socioassistenciais promovam o rompimento das práticas profissionais fragmentadas que incidem nos indicadores de desempenho e conseqüentemente na qualidade dos serviços ofertados à população.

2. MEMORIAL

2.1. Resgatando trajetórias: ressignificando sonhos em desejos

Eu me apresento como uma pessoa nascida e criada até a adolescência na zona rural de um município de pequeno porte do interior do Estado de Pernambuco, que ousou com o apoio dos pais, sair da zona de conforto em busca de um desejo, não falo de sonhos, mas de uma necessidade de ter uma perspectiva de vida diferente. Quando coloco a palavra diferente me refiro a quebrar o ciclo histórico padrão de existência e forma de vida das mulheres da família, das relações de amizades e até mesmo daquelas com as quais não tinha convívio.

Sou a sexta filha, de um total de sete mulheres, com uma personalidade inquieta, que não aceitava submissão, ou ser colocada na posição de mulher dona de casa tradicional, com formação na área pedagógica, como era a maioria dos sonhos das garotas da minha idade na época, final dos anos 80.

Acredito que o contexto cultural advindo da década de 80, falo especificamente da música e da literatura, porque tínhamos pouco ou nenhum acesso a teatro, cinema, centros de cultura, contribuíram para essa minha inquietude de procurar algo novo, transformador, que desse um novo rumo a trajetória da minha vida com perspectiva para o futuro. O gosto musical por MPB, a exemplo de Caetano Veloso, Djavan, Maria Bethânia, Oswaldo Montenegro, Raul Seixas, Cazuza, rock nacional dos Titãs, Barão Vermelho, Legião Urbana, pop rock internacional, o gosto pela leitura que me transportava na adolescência para a Grécia, Roma, Espanha me distanciaram dos ciclos de amizades de onde eu vivia.

Então aos 17 anos fui morar na Capital, Recife, minhas irmãs, uma mais velha de 19 anos e a caçula com 12 anos. Na época foi o maior desafio da minha vida, pois fui estudar no Colégio Boa Vista, localizado na Av. Conde da Boa Vista, onde me deparei com um choque de realidade muito diferente da minha até então experiência escolar, conservadora e repressora da escola evangélica da qual eu vinha. A experiência foi marcante, pois foi a partir do ano de 1989, que tive o primeiro contato com causas sociais, movimentos estudantis, de luta por acesso à educação de qualidade e de baixo custo, que era o movimento da época, discussões políticas sobre as eleições presidenciais da época, pois seria o meu primeiro voto, e o movimento dos caras pintadas nos anos 90.

Na época tinha um sonho, dessa vez classifico como um sonho, em ser odontóloga, pois era a única profissão que vislumbrava, no entanto, a tão sonhada aprovação no vestibular não

aconteciam, anos de cursinho pré-vestibular se foram, até que em 1993 comecei a trabalhar, foi quando tive o contato com a profissionais do serviço social. Uma das minhas atribuições do setor em que trabalhava como assistente administrativo, era justamente ir em busca de acesso a serviços de saúde para as pessoas que vinham do interior. Foi então que ao me deparar com vários profissionais, em diversos hospitais da capital que veio o despertar para o serviço social, cheguei até a ser chamada de Madre Tereza de Calcutá por colegas de trabalho e pelos usuários. Nesse contexto, a frustração deu lugar a um novo desejo, me tornar assistente social e com a minha prática profissional contribuir para o acesso da população a direitos que na maioria das vezes era inacessível.

Em 1995 ingressei no curso de Serviço Social, na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Um novo mundo, agora condizente com o meu espírito revolucionário e inquieto. Dificuldades tive muitas, entender os conceitos teóricos da filosofia e da sociologia foram os mais desafiantes, mas estava sempre em busca de desmitificar as subjetividades trazidas pela formação acadêmica, através de estágios e seminários acadêmicos como o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), onde tive contato pela primeira vez com teóricos da literatura do serviço social, como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e Vicente de Paula Faleiros.

Na trajetória acadêmica sempre me identifiquei com a área social, apesar de naquela época não se falar em Assistência Social, pois vivíamos a época do Programa de Governo Comunidade Solidária, que tínhamos acesso enquanto estudantes. Foi então que consegui um estágio extracurricular remunerado no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), na seção de Serviço Social, pelo período de um ano, acompanhando o trabalho de coordenação das equipes dos Postos do INSS de Pernambuco, apesar de ter tido pouco contato com os beneficiários atendidos pelas assistentes sociais dos postos, aprendi muito sobre o campo de trabalho na Previdência Social, os instrumentais técnicos utilizados, relatórios e parecer social, bem como a condução do trabalho de supervisão técnica. No mesmo período realizei estágio curricular obrigatório no Hospital Getúlio Vargas, no setor de Pediatria, tendo como campo de atuação o acompanhamento das mães das crianças em internamento para tratamento de saúde, de onde surgiu o meu projeto de intervenção e a Monografia para a conclusão do curso. Nesse período, como tinha muita sede de conhecimento participei de um seminário de psiquiatria que me marcou muito, na época foi como cair de paraquedas em um lugar desconhecido que não tinha nada a ver com a minha área de formação, pois se tratava de um evento onde o palestrante um professor de um Hospital Universitário do Ceará falava da sua experiência em uma comunidade que desenvolvia medicamentos fitoterápicos. No entanto o que ele falou em determinado

momento da palestra, que era para estudantes de medicina, guardo até hoje como ensinamento, pois fez uma referência ao conto de fadas da Cinderela “Espelho, espelho meu, existe alguém mais sábio do que eu”, ele fez essa analogia para ilustrar a necessidade de que nós temos sempre que estar buscando conhecimento, e não achar que sabemos tudo, porque sempre vai existir alguém que o espelho vai mostrar que tem mais conhecimento do que nós. A produção de conhecimento não para, e é por causa desses contextos acadêmico e pós-acadêmico que busco aperfeiçoamento e conhecimento para instrumentalizar a minha atuação profissional e produzir resultados para a transformação da sociedade da qual faço parte.

Quando me formei em 1999, o campo de trabalho estava escasso devido a conjuntura socioeconômica e política da época, com redução dos investimentos governamentais nas políticas públicas, principalmente na saúde, e o projeto em curso para acabar com o serviço social da Previdência Social, privatizações, proposta de reforma administrativa e estado mínimo, tive que voltar para o interior onde iniciei minhas atividades profissionais em 2000. Inicialmente participando do processo de Revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (REV BPC), nos municípios de Arcoverde e Pedra, quando tive o primeiro contato com a Política de Assistência Social. Em 2001, fui nomeada Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Capoeiras/PE, onde permaneci na gestão até o ano de 2006, quando fui aprovado no concurso público para o cargo de Assistente Social, passando a exercer a função no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Em 2007 passei no concurso público do município de Jucati/PE, para o cargo de Assistente Social, sendo lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social para executar diversas atividades, entre as quais destaco: o acompanhamento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF); elaboração de planos e projetos; prestações de contas e alimentação dos sistemas da rede SUAS; assessoramento aos conselho municipais de Assistência Social e de Direito da Criança e do Adolescentes; coordenação das equipes dos serviços socioassistenciais e durante um ano (2017 a 2018) trabalhei no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município.

No período de 2009 a 2012, trabalhei no CRAS do município de Caetés através de processo de cedência do vínculo de Capoeiras. No período de 2013 a 2020, voltei a trabalhar no município de Capoeiras, assumindo novamente o cargo de Secretária de Assistência Social, que possibilitou a experiência de ocupar espaços relevantes como militante da Política de Assistência Social, como o da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), no período de 2015 a 2020, primeira secretária da Diretoria Executiva do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS) de 2013 a 2015, e membro do Conselho Estadual de

Assistência Social , 2017 a 2018. Durante esse período tive a oportunidade de participar de diversos encontros Regionais e Nacionais do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), de Conferências Estaduais e Nacionais de Assistência Social, debatendo e defendendo a Política, inclusive participei da Frente Estadual em Defesa do SUAS em 2017.

Desde o início da minha vida profissional procurei sempre me qualificar, participando de capacitações promovidas pelo governo Estadual e Federal, acerca da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de seus marcos legais, bem como das demais políticas sociais que se correlacionam com o SUAS. Em 2005 a 2006 realizei uma Pós-Graduação “Lato Sensu” em Administração e Planejamento de Projetos Sociais, pela Universidade Gama Filho-RJ, através do Instituto Aleixo de Educação e Desporto, onde realizei a análise do projeto piloto Agente Jovem em Recife, para elaboração de um artigo científico para o trabalho de conclusão de curso (TCC). Em 2008 a 2010, realizei outra Pós-Graduação em Gestão da Política de Assistência Social, também pelo Instituto Aleixo, pela Universidade Veiga de Almeida - UVA, do Rio de Janeiro. A experiência e aprendizado sobre gestão da Política de Assistência Social, foi um marco muito importante, pois ampliei os meus conhecimentos na área, e no final do curso apresentei uma resenha crítica sobre os benefícios eventuais da assistência social, pois considero ainda nos dias atuais um desafio, no sentido de rompimento das práticas assistencialistas que continuam enraizadas, descaracterizando da lógica de garantia de direitos que a política deve garantir.

Meu objetivo profissional sempre foi o de ampliar conhecimentos sobre Gestão de Políticas Sociais, na qual atuo há 23 anos, e ampliar o leque de habilidades e desempenho profissional, contribuindo desse modo, com oferta qualificada de serviços à população. Atualmente estou exercendo o cargo de Coordenadora da Vigilância Socioassistencial do município de Capoeiras e também sou membro do Conselho Municipal de Assistência Social de Jucati, com mandato de Presidente.

Participar do processo seletivo para ingressar na Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, foi mais um grande desafio, pois apesar da constante busca por aperfeiçoamento, realizar um curso à distância(EAD) com as exigências de uma Instituição Acadêmica, conceituada como Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), me despertou para a necessidade de realização de estudos mais aprofundados e consistentes sobre o campo de trabalho da política de assistência social onde atuo inserida num processo maior que é gestão de política públicas com a oportunidade de produzir e sistematizar conhecimento a partir da associação da teoria à prática profissional. Realizar um projeto de intervenção a partir da

identificação de um problema de pesquisa que precisa ser investigado, analisado e delimitado por uma temática específica visando a superação ou solução do problema foi outro grande desafio, uma vez que temos tantos em nosso dia a dia, a oportunidade só foi possível pelo pioneirismo da implantação no Estado de Pernambuco da Escola de Formação dos Trabalhadores do SUAS (EFOSUAS), pelo reconhecimento e esforço da Gestão Estadual, a quem agradeço a oportunidade.

2.2. Contribuições das disciplinas para a construção do referencial teórico

A primeira disciplina do curso de Gestão de Políticas Sociais, Estado e Políticas Públicas, trouxe as bases para o entendimento de como e quais as circunstâncias do surgimento de tais políticas, bem como os processos normativos de como ocorre a formulação de políticas públicas o seus ciclos até a implementação, os atores envolvidos e suas relações de poder de decisão diversos, dentro da estrutura dos governos, onde predomina o político, e com menos poder os burocratas administrativos, os técnicos e por último o povo. Entender como essas dinâmicas acontecem sob o ponto de vista de vários teóricos tais como Jannuzzi, que participou da aula inaugural do curso, Schabbach (2012), Secchi (2014), Xun Wu (2014) que contribuiu com conceitos e guias da área foi fundamental, bem como, gerar conhecimento a partir do projeto de intervenção, que irá auxiliar na construção de uma proposta pautada em direção a melhoria dos serviços ofertados à população.

Todo embasamento teórico das disciplinas foram de fundamental importância, a Metodologia de Pesquisa, trouxe um norte para elaboração das etapas do projeto, colaborando com a escolha do método de pesquisa mais adequado para a realização de todo processo, desde o diagnóstico para a identificação do problema de pesquisa, objeto de estudo e de intervenção, escolha do tema, planejamento dos caminhos a serem percorridos, escolha dos procedimentos técnicos e referencial teórico metodológico da intervenção. Contribuiu também, na construção da aproximação entre uma proposta de ação profissional ao campo científico com a “possibilidade de tratarmos de uma realidade, da qual somos agentes” (MINAYO, 1999, p. 9), ou seja, vincular a prática teórica com o pensamento e a ação.

Outra disciplina fundamental para o desenvolvimento do fazer profissional, Direitos Humanos, conduziu à reflexão da incorporação da necessidade de defesa e garantia de direitos humanos para o campo das políticas sociais, da Assistência Social, especificamente. Entender a relação entre Direitos Humanos e Políticas Públicas, em Política de Saúde Mental, tendo em

vista, que somos agentes de produção social, de artefatos sociais, que tanto contribui para a organização quanto para a destruição dessas construções.

Durante o processo de constituição do conhecimento sobre as políticas públicas, a disciplina de Participação, Controle e Gestão Social, nos fez refletir sobre conceitos e temas importantes, que devem permear a atuação dos agentes públicos que formulam e executam tais políticas, especificamente a de assistência social. O desafio proposto de como incluir a questão da participação e do controle social no planejamento e execução dessa política? Como construir uma república sem a participação popular? Para responder estas questões, foram abordados os temas cidadania/estadania, controle social e democratização, subcidadania, o papel das redes sociais nos espaços públicos como fonte de informação e geração de conhecimento, mas que também influencia o comportamento e a formação de opinião sobre determinada informação.

Monitorar e Avaliar também faz parte da construção e execução das políticas públicas, pois desse processo depende todo seu ciclo, e contribui para rompimento de práticas equivocadas, fragmentadas, especificamente na Política de Assistência Social, que ainda se constitui como um grande desafio à sua implementação.

As aulas da Disciplina Política de Seguridade e Desenvolvimento Social contribuíram inicialmente para a reflexão e análise do surgimento do “welfare State”, trazendo reflexões importantes de como identificar os tipos de Estado de Bem-Estar Social, e como se dar a relação do Estado como promotor da organização social em diversos contextos históricos, e sua influência no Brasil.

A partir de textos de autores como Esping-Andersen, Célia Lessa, Gabriela Lotta, Jorge Abrahão de Castro, entre outros, pudemos fazer a mediação entre os textos para entender como se deu e em que momento identificamos políticas públicas de bem-estar social promovidas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas ofertados por meio das instituições que fazem parte Estado brasileiro, para atender as demandas e necessidades básicas da população.

Nos debates das aulas tivemos a oportunidade de discutirmos o contexto socioeconômico e político atual, e os seus rebatimentos para a Política de Assistência Social onde iremos utilizar os conhecimentos adquiridos. Todos os conteúdos estudados na disciplina nos trouxeram reflexões significativas, pois ao discutirmos estado bem-estar social, percebemos enquanto trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que também temos que lutar pelos nossos direitos enquanto classe trabalhadora assalariada, com vínculos de trabalho precarizados, que nos fez refletir como podemos garantir o processo de

desmercantilização da vida? Como garantir proteção social total, que possamos deixar de ser mercadoria?

Nesse sentido, ao repensar a prática profissional dos diversos agentes que executam suas atividades para a materialização das entregas a população dentro das instituições que ofertam políticas públicas, o conteúdo da disciplina Desigualdade, Políticas Sociais e Cidadania, foi fundamental, pois fortaleceu a concepção de que precisamos ter conhecimentos e embasamento teórico para termos uma visão de totalidade, entendendo que não podemos dissociar o contexto social do econômico. Políticas Econômicas e Sociais devem caminhar juntas, visto que uma integra a outra, sendo fundamental essa unidade para a redução das desigualdades sociais e garantia de direitos de cidadania. A partir dos conteúdos abordados, analisamos conceitos e temas importantes, para o entendimento de como se constitui o sistema de proteção social no Brasil, e que a desmercantilização das relações sociais só acontece quando se tem um Estado promovendo proteção social ampla e acessível, que permitem que o indivíduo e ou famílias possam ter garantias de sobrevivência sem estar necessariamente subordinado ao mercado de trabalho, com a possibilidade da autonomia para decidir livremente não aceitar trabalhos degradantes, que escravize ou remunere mal.

Dessa forma a proteção social, como já foi citada, deve se constituir em políticas sociais formuladas e organizadas pelo Estado, e se constituir em um conjunto de ações, permeadas por diversos mecanismos institucionais que assegurem condições de acesso de oferta a bens, serviços básicos, em áreas fundamentais, como assistência social, saúde, educação, moradia, transporte, segurança, entre outras. Quando o Estado não garante esse acesso ou o mesmo é insuficiente para atender as necessidades básicas da população, principalmente daqueles indivíduos que não conseguem atingir padrões mínimos de sobrevivência, que se encontram à margem da sociedade capitalista, em condição de pobreza extrema, acentua-se ainda mais as evidências da desigualdade social. Desigualdade que é fruto dos padrões de acumulação capitalista e se ampara sobretudo na exploração da força de trabalho, na exclusão dos indivíduos que não conseguem se manter no mercado, que não são consumidores dos bens e serviços desse sistema e que também se correlaciona com o modelo de Estado mínimo, que tem pouca intervenção na economia e nas questões sociais. Por outro lado, entendemos que para dar respostas à problemática Lessa, (2012), e Yazbek (2012), reafirmam a importância do papel do estado e das políticas sociais, para redução da desigualdade social, através do fortalecimento do sistema de proteção social, que garanta direitos e cidadania. Foi debatido também, que a implementação de políticas públicas pode tornar-se um espaço para reprodução das desigualdades sociais, quando as mesmas não oferecem respostas aos problemas públicos, que

demandam intervenção do Estado, bem como quando as relações sociais, econômicas e políticas se estabelecem, trazendo vantagens ou desvantagens para os indivíduos. Tais relações desiguais são inerentes ao modo de produção e reprodução capitalista, bem como nas relações de poder que se sobrepõem não só às relações socioeconômicas, políticas e culturais, como também nas instituições públicas, onde as políticas sociais são ofertadas.

Nesse sentido, Lotta, em seus estudos e pesquisas sobre a questão da “burocracia a nível de rua”, nos traz uma importante reflexão enquanto agentes de formulação e implementação de políticas, especificamente a social. Pois, a forma como pensamos, executamos e fazemos a gestão da política social, que se materializa nas ofertas de benefícios e serviços demandados pela população, podem se tornar excludentes e levar a produção de desigualdade social. Isso pode acontecer sobretudo, quando não se escuta os anseios dos usuários, reduzindo e na maioria das vezes anulando a participação popular, que é um direito constitucional, fazendo com que se estabeleça uma distância das reais necessidades dos mesmos, ou quando nivelamos as questões problemas, sem considerar as diversidades, níveis de complexidades e vulnerabilidades de cada território. A professora Aldaíza Sposati, em sua fala na abertura da Assembléia Geral do COEGEMAS-PE (2022) afirma que “quem sustenta a Assistência Social são os serviços”, portanto, a gestão da política a nível federal deve dialogar com a experiência de quem está no território, nesse caso os municípios, confirmando a urgência de ampliação de um olhar mais inclusivo atento às diversidades e guiada pelo conhecimento.

Diante de todos os conteúdos abordados, foi possível fazer um elo de ligação entre os temas, associando contextos que permeiam a gestão da política pública, desde o ciclo de formulação, origem enquanto área do conhecimento, e que para se tornar efetiva necessita ser planejada. Sobre esta perspectiva, a disciplina de Planejamento Estratégico, foi fundamental, pois possibilitou a reflexão de que planejamento, organização, direção e controle devem estar presente na gestão pública das instituições que ofertam serviços à população. O planejamento enquanto processo busca respostas para situações, estabelece sentido e direção a fim de que produtos sejam gerados com o propósito de guiar os agentes que estão à frente de uma instituição ou organização, pode ser definido também como uma “técnica para estabelecer e manter sentido de direção” (GIACOBBO, 2022 Apud VASCONCELOS FILHO,1979), tornando-se uma ação consciente. Por isso que se faz necessário que a gestão da política de assistência social, área que aborda especificamente este trabalho, utilize o planejamento estratégico, para dar direcionamento e sentido às ações, corrigir percursos com a finalidade de fomentar mudanças na realidade social em que atua. Sposati (2022), relaciona o planejamento estratégico na assistência social, como uma ação que deve acontecer em uma perspectiva

coletiva, com representatividade de atores diversos, que possa ser pensada enquanto espaço de garantia de direitos sociais.

Na última disciplina do curso, Política Estadual de Assistência Social, podemos fazer uma importante reflexão sobre o tema do aprimoramento da gestão¹ estadual do SUAS, as normativas que regulam o SUAS, no âmbito do estado de Pernambuco, com destaque para o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) que dar corpo e materialidade a política, com destaque para o território “o chão e a identidade”² onde a política se concretiza. Partindo dessa análise, cabe destacar alguns aspectos importantes abordados, entre os quais a definição do papel e a responsabilidade dos entes federados, com relação à Política de Assistência Social, em que inferimos qual a capacidade do ente federado estadual no que se refere a organização institucional para dar respostas aos municípios e a população, tendo em vista que parte de sua competência está direcionada ao apoio técnico, cofinanciar serviços e benefícios, monitorar e avaliar a execução dos serviços socioassistenciais, previstos em Lei e Plano Estadual.

Nesta disciplina estabeleceu-se referências importantes para tecer críticas ao modelo de política de assistência social que temos, onde deveria ser colocar na agenda do governo estadual o SUAS como prioridade, com comando único, para superar a lógica do “desenvolvimento” elevando ao “patamar de Assistência Social”, definindo como “Sistema de Proteção” (SPOSATI), que assume responsabilidades através de normativas e pactos.

Nesse sentido as responsabilidades que estão postas para a gestão estadual, conforme estabelece a NOB/SUAS/2012, são na realidade grandes desafios para o aprimoramento da política, tais como: cofinanciamento estadual; serviços regionalizados da proteção social especial; apoio técnico aos municípios; capacitação e educação permanente; monitoramento e avaliação da política de assistência social; apoio técnico e financeiro aos municípios na implantação da vigilância socioassistencial; implantar a Gestão do Trabalho e a Implementação da Educação Permanente; revisar pactos e protocolos de gestão em diálogo com os municípios.

Outro destaque importante da disciplina, foi para a Vigilância Socioassistencial, enquanto área da gestão da informação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e que a nível estadual tem a função de produção de dados e indicadores para auxiliar na construção de informações territorializadas com vistas a instrumentalizar a gestão no que se refere a elaboração de diagnósticos sobre as vulnerabilidades, riscos, planejamento,

¹ O Pacto de Aprimoramento do SUAS é o instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução de aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

² Milton Santos, faz referência ao chão como espaço físico e a identidade o sentimento de pertencimento a esse chão.

monitoramento e avaliação, visando garantir proteção social a população, tem ainda a dimensão de olhar para as necessidades em relação à qualidade e ao padrão de ofertas de serviços e benefícios, e as demandas dos usuários do sistema.

Tendo como referência a área atuação a Vigilância Socioassistencial, em um município de Pequeno Porte I³, no presente trabalho de conclusão de curso a proposta de intervenção surgiu a partir da identificação da problemática que geram grandes entraves e desafios para a execução da gestão da informação, desencadeados pela dificuldade apresentada pelos profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais, com relação às ações que devem compor esse eixo estruturante do SUAS, que serão abordados no capítulo conceitual. O tema escolhido nessa proposição, desafios da gestão da informação para qualificar as ações da proteção social no SUAS, trará conceitos teóricos e argumentações com base nos referenciais apresentados neste memorial, bem como de outros autores e normativas e orientações técnicas que regulam a PNAS e o SUAS.

É nesse contexto de produção de conhecimento que a proposta interventiva deverá contribuir para desmistificar e reduzir as dificuldades inerentes à Gestão da Informação, o monitoramento, a avaliação e a sistematização de resultados, por parte das equipes técnicas que atuam na rede de serviços socioassistenciais no município aqui representado pela experiência de atuação em Capoeiras.

Na perspectiva de criar mecanismos que reduzam as dificuldades e possibilitem a mudança das práticas predominantes de não sistematizar dados, de não produzir informações para gerar diagnósticos e planejamentos adequados, capazes de atender as demandas dos serviços, melhoria dos indicadores do município, o presente trabalho irá contribuir de forma significativa como referência capaz de ampliar os debates sobre a importância na implementação da gestão da informação no SUAS, a partir da Vigilância socioassistencial como área estratégica, que direciona e produz informações a partir da atuação dos profissionais da rede socioassistencial, visto que suscita o tema, apesar de muito debatido e aparecer em vários estudos acadêmicos, produção do governo federal, ainda desperta o interesse de muitos profissionais e gestores da Assistência Social.

³ De acordo com a PNAS (2004) municípios de Pequeno Porte I são aqueles com população de até 20.000 habitantes.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

O presente capítulo pretende trazer uma análise conceitual dos conteúdos abordados nas disciplinas do curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais, e as referências bibliográficas utilizadas, bem como, ao longo de suas seções, adentrar no tema proposto para construção deste trabalho.

Cabe destacar que este estudo traz apenas um pequeno recorte dos muitos referenciais que foram apresentados dando ênfase, no entanto, aos que fazem maior sentido e cria um elo de ligação com as questões que dialogam com a temática dos desafios da gestão da informação, com ênfase na informação, monitoramento e avaliação que estão presentes nos elementos que dão origem a todo o ciclo de elaboração e gestão das políticas públicas, com recorte para as sociais, especificamente a Política de Assistência Social.

3.1 A Política de Assistência Social e a Gestão da informação: caminhos para a construção da Proteção Social.

A Política de Assistência Social no Brasil, inserida no campo das políticas sociais, e assim mediada pelos estudos e conhecimentos teóricos amparados nas ciências políticas, sociais, econômicas, entre outras, tem ampla trajetória histórica, no entanto, este trabalho irá discorrer sobre o tema a partir do marco da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194 que dispõe sobre a seguridade social, enquanto conjunto integrado de ações para assegurar direitos através da saúde, previdência social e assistência social. A nova política instituída pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993, assegura

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Inicia-se então um novo campo para a política social, a de garantia de direitos, da universalização dos acessos e de responsabilidade estatal. “A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social” (PNAS/2004). Ao inserir-se nessa esfera ganha “o caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia

de direitos e de condições dignas de vida”. Compreender as bases em que a assistência social se torna política pública de Estado, se faz necessário, pois daí deriva as concepções técnico-normativas, metodológicas e regulatórias que a transformam em Política de Assistência Social. A LOAS (1993) e suas alterações pela Lei do Sistema Único de Assistência Social (Lei do SUAS/ 2012), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB/SUAS/2005) alterada em 2012, entre outros, são importantes instrumentos que embasam estudos acadêmicos, pesquisas e reflexão crítica, e como deve ser operacionalizada a assistência social no Brasil.

Sposati (2007), em seu livro intitulado “A menina LOAS”, traça a trajetória das lutas, negociações, e embates políticos, entre os movimentos da sociedade e governo da época para “o parto da menina LOAS”. Foi preciso, segundo a autora, negociação com o poder executivo e legislativo, mediados por entidades representativas de classe profissional⁴, movimentos sociais e intelectuais das universidades que endossaram o movimento, para colocar a assistência social na agenda do governo na época de sua “gestação”. Portanto, desde a promulgação pela LOAS em meados dos anos 90, a PNAS só passa a ser realidade em 2004, formulada através de estudos, diagnósticos socioterritoriais, construídos a partir da avaliação ex-ante realizadas por institutos de pesquisas, planejamento estratégico, ampla participação social, entre outros mecanismos, inaugurando no país um novo modelo de gestão a partir do pacto federativo com divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O redesenho da política de assistência social, proposto pela nova política, ganhou materialidade com a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, “requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública” (PNAS, 2004, p,13).

Ainda de acordo com a PNAS a gestão do SUAS “define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado”, demarcou percursos e processos a serem seguidos pelos municípios, a partir de eixos estruturantes, como a matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização, estabelecendo novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento; controle social com participação popular e normas definidas para informação o monitoramento e a avaliação(PNAS, 2004, p, 39).

Nesse sentido, a gestão da informação contribui para potencializar e consolidar a

⁴ Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Federal de Psicologia (CFP).

proteção social na política de assistência.

3.2 Gestão da Informação no SUAS: desafios e perspectivas

Gestão da Informação é o meio para estruturação de um sistema de informações que proporcione bases adequadas de atuação da gestão, monitoramento e avaliação no SUAS. A ênfase dada à informação, também constitui elemento essencial a promoção da gestão pública e o controle social, pois de acordo com Assis et al (2003) ela viabiliza “ a implantação de redes de informação”, que articulada com instituições dissemina produtos e serviços, fortalecendo a democratização do setor público.

A intenção em dar destaque para o eixo informação, monitoramento e avaliação, se ampara no objeto de estudo que brotou das primeiras raízes através da elaboração do projeto de intervenção, apoiado pela necessidade de dar respostas às práticas exercidas nos serviços socioassistenciais um caráter técnico-científico, no sentido da produção de resultados efetivos e resolutividade às demandas da população que necessita de assistência social enquanto sistema proativo, protetivo de promoção e garantia de direitos. Nesse sentido, se faz indispensável a incorporação da “gestão da informação na área da assistência social”, como destaca Coelho Júnior, no sentido de dar constitucionalidade ao SUAS, por ser considerada ”uma das maiores inovações na área da gestão de políticas públicas (et al, 2007, p.88). Jannuzzi, argumenta que “a informação e o conhecimento são insumos fundamentais para aprimoramento e inovação das políticas e programas públicos” e acrescenta

informação confiável e conhecimento abrangente constituem fatores críticos de sucesso para qualquer empreendimento pessoal e coletivo no mundo contemporâneo e, em especial, para tomada de decisão em políticas públicas. Embora, por si só, não sejam suficientes, esses dois fatores, certamente são imprescindíveis" (2016, p, 9).

Informação e conhecimento, como destaca Jannuzzi, por si só, não bastam, mas são fundamentais nas ações governamentais, que exigem

dados, indicadores, estudos e pesquisas cada vez mais detalhados para o entendimento das questões sociais, dimensionamento de público-alvo de programas, conhecimento dos problemas de implementação das ações governamentais e das iniciativas bem ou malsucedidas”(2016, p, 9)

Na contramão das concepções dos autores citados, o mau uso e a dificuldade de utilização dos instrumentos e ferramentas da informação pelos agentes que operacionalizam os

serviços que compõem o SUAS, ainda se constituem em grandes desafios a serem superados. Nos municípios de pequeno porte, especificamente, as limitações de recursos financeiros e condições adversas estruturais, travam toda uma cadeia produtiva de dados e informações, imprescindíveis à organicidade e institucionalidade da política, como será embasado por diversos autores estudiosos da área.

Partindo deste recorte, Tapajós (2006), Raupp (2012), Garcia (2013) apontam que a gestão da informação no SUAS, detém desafios a serem considerados por todos os atores envolvidos na gestão e execução da política, tendo em vista a dimensão dos aspectos que envolvem a sua concepção dentro da PNAS e NOB SUAS. Na visão de Tapajós, que foi Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, na função de gestora da Rede SUAS, entre “os desafios colocados pela “PNAS/2004 está o estabelecimento de nova lógica de concepção, planejamento e gestão dessa política” (2006, p. 179), nesse sentido ela direciona que a “inauguração de novos processos organizacionais e tecnológicos”, exigem união dos entes federativos, assumindo compromissos, pactos de metas, aporte de recursos financeiros, materiais e humanos capazes de “dar conta da tarefa”. E para dar conta dessa incumbência a gestão da informação, o monitoramento e a avaliação se tornam ferramentas fundamentais, tornando-se as colunas da estrutura político-institucional como está previsto:

A formulação e a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação e um sistema de informação em assistência social são providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desencadeadas para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Trata-se, pois, de construção prioritária e fundamental que deve ser coletiva e envolver esforços dos três entes da federação. (PNAS, 2004, p. 55).

Na concepção de Raupp, a gestão da informação na Política de Assistência Social, cumpre um lugar de destaque, a medida em que aliada aos aspectos tecnológicos (Rede SUAS)⁵, que se tornam instrumentos estratégicos para a qualificação, indica que a partir de “múltiplos dados” pode-se, “desenhar alternativas de enfrentamentos”, no sentido de buscar formas de intervir nas realidades dos territórios que trazem vulnerabilidades e riscos para a população, como também, “ precisará ser dimensionada com dados para monitorar os resultados provocados pela política”(2012, p. 31). Nesse sentido, tanto Tapajós quanto Raupp traduzem

⁵ Rede SUAS sistema de informação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que visa proporcionar as melhores condições para o atendimento das metas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. É composto pela associação dos instrumentos e condições tecnológicas de produção, recebimento, armazenamento e entrega de dados e informação, com as operações de gestão, financiamento e controle social das políticas públicas.

a importância da utilização da informação como relevante ferramenta de gestão, no sentido de trazer concretude a assistência social, a partir de uma política de informação organizada com vistas ao alcance de resultados efetivos. A autora em sua tese de mestrado, apresenta também uma importante reflexão com relação a questão, para além da construção e implementação de um sistema com ferramentas tecnológicas de armazenamento de dados para gerar informação para a gestão da política, mas manifesta um outro aspecto desafiador, ponto central desse estudo, que é a necessidade dos profissionais se apropriem de bases de conhecimento teórico-metodológico, das normativas do SUAS para que possam, dentre outros enfoques,

ler, refletir, aprofundar e sistematizar as ações resultantes de um processo de trabalho proporciona ao profissional atuar com mais qualidade, planejar com mais estratégia e executar com mais conhecimento da parte e do todo; favorece que o exercício profissional seja realizado com mais lucidez, e maior possibilidade de contribuição na construção e efetivação de processos sociais emancipadores” (RAUPP, 2013, p.14).

Em vista disso Garcia reafirma a relação entre o uso da informação e seus rebatimentos nas práticas profissionais, onde o desafio perpassa a discussão da mesma enquanto “ferramenta de qualificação da prática profissional e democratização do SUAS” como também, contribui para superação das práticas históricas,

fortemente marcada pelo caráter assistencialista, empirista, distanciado das novas tecnologias de informação e gestão, garantindo ao mesmo tempo uma fundamentação teórica e metodológica capaz de contribuir efetivamente para a redução das desigualdades e ampliação da democracia, requer um esforço enorme dos profissionais que atuam em todos os níveis desta política (2013, p. 2).

Diante da contemplação dos estudos sobre gestão da informação, a centralidade do aporte teórico buscou interpretar as provocações reveladas, que podem direcionar os percursos metodológico a serem dispostos no sentido de auxiliar o planejamento, a execução e os resultados que se espera alcançar a partir serviços da rede socioassistencial, pois segundo Sposati “quem sustenta a assistência social são os serviços” (2022), daí a especificidade de tornar efetiva e qualificada a ação profissional, e ao mesmo tempo contribuindo para responder questões “do que trata”, para quem”, e “por que se faz” (RAUPP, 2012, p. 32) o registro e coleta de dados. Dessa forma, o projeto de intervenção também aponta a necessidade de utilização das práticas de monitoramento e avaliação, como um processo reflexivo desencadeando mudanças no sentido da apropriação consciente da importância da informação para construção de práticas estratégicas que deem respostas às situações apresentadas pelos usuários e ao mesmo tempo sejam transformadoras da realidade do território e suas vulnerabilidades. Além disso, a gestão da informação, aqui delimitada pelos aspectos centrais da informação, monitoramento e avaliação, reafirmados enquanto eixo estruturante da PNAS, traz objetivos importantes, que

devem ser prioridade para a gestão e os trabalhadores, pois é a partir desses elementos que são estabelecidos os indicadores que monitoram e avaliam a rede de proteção social básica e especial do SUAS pela gestão federal.

3.3 A gestão da informação como ferramenta para o monitoramento e a avaliação na Política de Assistência Social.

Tendo como referência a implementação da cultura de práticas que induzam qualificar a gestão da informação na esfera governamental, se faz necessário conhecer, compreender e fazer uso de suas ferramentas que são fundamentais para o processo de planejamento, formulação e avaliação de políticas públicas.

Jannuzzi (2005), Borges et al (2011) demarcam a trajetória da introdução do monitoramento e avaliação no Brasil, considerando a precedência de experiências anteriores ao período apontados nesta análise, os autores direcionam sua institucionalização mais efetiva com às exigências promovidas pela constituição de 1988, com relação às inovações na forma de administração pública, diante de imposições de “normas e regulamentação” para o aprimoramento e controle orçamentário, através do planejamento plurianual, estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas e indicadores, visando “uma cultura de gestão de resultados e de conceitos de monitoramento e avaliação” (Borges et al, 2011, p. 6). A introdução de sistemas ou redes de monitoramento e avaliação, vem a se constituir em práticas em todas as áreas e níveis da administração pública, com o uso de metodologias e ferramentas para avaliação das políticas sociais, estimuladas também pelo processo de redemocratização, onde a sociedade passa a ter um importante papel na participação da “formulação, acompanhamento e controle da implementação de políticas públicas” (Borges et al, 2011, p. 8).

Tais mudanças ganham força oriundas do modelo de administração pública gerencialistas impostos por instituições financeiras internacionais, que passaram a exigir mais critérios com relação monitoramento e avaliação dos programas e projetos sociais, que financiavam, onde o foco era “medir, acompanhar e “avaliar” o êxito das reformas administrativas norteadas pelos princípios e valores neoliberais (RODRIGUES, apud, FARIAS, 2008, p, 2), ancorados nos “clássicos termos de eficiência, eficácia e efetividade”, citado por Bueno et al (2014), em que a centralidade da avaliação estava no plano econômico, na aplicação de recursos financeiro, de racionalização de gastos públicos, e por outro lado a efervescência dos movimentos da sociedade já citados anteriormente, “na qual a avaliação estaria relacionada à necessidade de produzir informações para instrumentalizar a população na luta pela cidadania,

em uma perspectiva política”(2014, p.2).

É importante salientar que o contexto citado, segundo Rodrigues (2008), também influenciou a academia, com relação aos estudos e métodos científicos sobre as teorias da avaliação utilizadas da formulação de políticas públicas e seus resultados, no entanto a autora relata que sua aplicação como produção de conhecimentos sem criticidade “sustentadas por concepções e modelos positivistas”, reduzindo o “conhecimento à análise de dados coletados”, baseados apenas na busca por comprovação de fatos previsíveis, por controle de resultados, comprometem seu sentido, no que se refere à compreensão de como o processo avaliativo se apresenta para promover mudanças efetivas de acordo com realidade que se apresenta dinâmica, que ao contrário do se afirmava não é linear, e deve prever a imprevisibilidade dos fatos apresentados pelas expressões da questão social. Bueno reforça ainda que “essa abordagem ignora a política social como uma intervenção na realidade, que envolve diferente sujeitos, condicionados por interesses e expectativas”, sendo imprescindível

[...]ultrapassar este modelo estritamente econômico (noção de rentabilidade na aplicação dos recursos) e técnico da avaliação que escamoteia os princípios políticos, (sem negar a importância da técnica), e assim torná-la instrumento da população na luta pela efetivação e universalização de direitos. (2014, p.3)

Nessa perspectiva a institucionalização da avaliação ganha espaço fazendo parte de processos de construção de contextos de administração pública alicerçados por princípios democráticos e com exigência cada vez maior de profissionalização para sua execução. Ramos et al (2012), contribui com várias tendências e abordagem com relação a relevância do processo de avaliação e a sistematização de informações sobre os conceitos, e sua aplicação nos diversos campos das esferas de governo. Com relação a avaliação de políticas públicas as autoras manifestam uma significativa reflexão sobre o tema, que é basilar para analisar o contexto atual no qual está inserido a informação, a avaliação e o monitoramento, na Política de Assistência Social, especificamente. A primeira questão diz respeito ao “caráter político” da avaliação e sua vinculação mais próxima dos decisores, e a segunda diz respeito a “academia” trazendo a análise do processo avaliativo onde colocam em questão os “pressupostos de tomadores de decisão”, com uma visão crítica com relação a sua efetividade.

Outras questões importantes trazidas por Bueno dizem respeito aos “traços de cultura autoritária, burocrática e patrimonial da administração pública brasileira tem se caracterizado como obstáculo para a efetivação da avaliação” (et al 2014, p. 3). Os traços de tais culturas se sustentam e dificultam a percepção de que avaliar não é um processo de fiscalização, e sim de garantir a efetividade das ações públicas com base em informações que produzem instrumentos

para a democratização e o controle social.

Diante das influências conceituais, técnicas, culturais e políticas que perpassam a questão dos processos envolvendo a avaliação de políticas públicas, vale salientar que, as vertentes adotadas nesta abordagem introdutória são basilares para compreensão de como ocorreu a introdução do monitoramento e da avaliação na política de assistência social.

Tendo em vista, a importância da informação para a constituição de processos e sistemas de Monitoramento e Avaliação, a PNAS (2004), referência que tais instrumentos são imprescindíveis para o planejamento, avaliação e monitoramento dos serviços socioassistenciais e dos impactos dos mesmos para os usuários, no sentido de identificar a efetividade da política com relação a proteção, promoção e garantia de direitos. De acordo com a Política Nacional, a informação, o monitoramento e a avaliação são elementos de construção prioritária e fundamental que devem envolver esforços dos três entes da federação. Refletir sobre a importância da avaliação e do monitoramento como etapa do processo de planejamento da Política de Assistência Social, conduz a

elaboração de e implementação de planos de monitoramento e avaliação e pela criação de um sistema oficial de informação que possibilitem: a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo. (PNAS, 2004, p. 55)

A NOB/SUAS (2012), também associa Gestão da Informação, Monitoramento, Avaliação como instrumentos de gestão imprescindíveis para o planejamento técnico e financeiro da política e do SUAS, acrescentando, entretanto, objetivos operacionais de estruturação de gestão, monitoramento e avaliação. Nesse caso, a norma é mais clara ao estabelecer que “gestão dos dados e dos fluxos de informação do SUAS com a definição de estratégias referentes à produção, armazenamento, organização, classificação e disseminação de dados”, devem ser viabilizados “por meio de componentes de tecnologia de informação, obedecendo padrão nacional e eletrônico”, a Rede SUAS.⁶

No entanto, não se constitui em tarefa fácil, principalmente para os municípios, pois de acordo com Bueno (et al 2015) estes “ainda possuem muitas dificuldades técnicas e políticas para elaborar seus próprios planos de monitoramento e avaliação “ não se trata apenas de alimentar sistemas tecnológicos,

⁶ Rede SUAS - Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS) tem a função de suprir as necessidades de comunicação no âmbito do SUAS e de acesso a dados sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Estes instrumentos de gestão são destinados, predominantemente, aos programas que utilizam os maiores volumes de recursos públicos e/ou possuem grande visibilidade política. Com isso, a avaliação e o monitoramento na área da assistência social ainda permanecem muito restritos à medição da eficiência da utilização dos recursos, isto é, voltados aos aspectos quantitativos de recursos e atendimentos, em detrimento de uma análise do impacto das ações na qualidade de vida da população destinatária da política (BUENO, et al, 2015, p. 4).

Jannuzzi (2011) discute a questão do monitoramento como ferramenta de gestão, no sentido de construção de sistemas que se distancie do modelo gerencial (voltado a metas e prazos) como está previsto nas pactuações do SUAS⁷, como ainda acontece. Todavia, o autor inova ao introduzir o “monitoramento analítico”, com o desenvolvimento de instrumentos na forma de “indicadores, índices, painéis ou sistemas para acompanhamento de atividades, processos e resultados em programas, ações e projetos sociais” (2011, p. 40). Tais instrumentos possibilitam, segundo o autor, fazer “análises comparativas e sistêmicas de indicadores em determinado período, pelo tipo de território e segundo eixos comparativos”, a exemplo pode-se citar as “diferenças entre municípios pobres e municípios ricos, capacidade de gestão com menor ou maior integração, articulação entre programas sociais ” (JANNUZZI, 2011, p.40). Sinaliza também que o monitoramento pode se configurar em uma importante estratégia para “avaliação contínua de políticas e programas” (2016, p.106). Nessa concepção, afirma que monitoramento e avaliação são processos orgânicos, que caminham juntos, se complementam, e segundo Jannuzzi, tem o “propósito de subsidiar o gestor público com informações mais sintéticas e tempestivas sobre a operação do programa” (2016, p. 107), nesse sentido os indicadores funcionam como um termômetro indicativo da situação que se quer monitorar e avaliar, auxiliando a tomada de decisões no sentido de corrigir ou promover outras formas de intervenção.

A implantação de Sistemas de Monitoramento e Avaliação (S&A) para a política de assistência social, como já foi citado por Bueno, Jannuzzi, traz grandes embates que precisam ser considerados. Além da questão de disponibilidade de recursos financeiro e material, requer qualificação técnica dos trabalhadores no sentido que já foi discutido ao longo deste estudo, contudo, de acordo com Jannuzzi “o maior problema é a cultura ainda incipiente de avaliação crítica e analítica das ações executadas e previstas nos programas” (2011, p. 44).

⁷ Pacto de Aprimoramento do SUAS firmado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. (https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)

3.4 A política de recursos humanos para sustentabilidade do SUAS

O modelo de proteção social de acordo a NOB/SUAS, organiza-se através da rede de serviços, a partir de dois níveis de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e de alta complexidade, instrumentalizadas por eixos, entre os quais se destacam: alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; territorialização; articulação da rede socioassistencial; valorização e presença do controle social; participação popular /cidadão usuário; qualificação de recursos humanos; informação, monitoramento, avaliação e sistematização dos resultados.

A ênfase com relação à questão que envolve as orientações, éticas, técnicas e metodológicas do trabalho social, no sentido da promoção da proteção social e garantia de direitos, demarca sempre a inter-relação dos processos e ferramentas da informação associados ao monitoramento, avaliação e sistematização de resultados das ações executadas pelos trabalhadores do SUAS, como algo intrínseco, que caminham juntos. No entanto, Tapajós (2006), Raupp (2008), Garcia (2013), Sposati (2022), reafirmam a necessidade da qualificação técnica da política em todos os seus aspectos estruturantes e institucionais. E, para que se alcance o patamar esperado é urgente olhar para as relações e condições em que os trabalhadores exercem as suas atividades profissionais, o que torna esse eixo desafiador, uma vez que interferem diretamente nos indicadores de desempenho que monitoram e avaliam os resultados operados pela assistência social e seu sistema e rede de proteção.

A Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS 2006), reafirma a importância da Política de Recursos Humanos, trazendo princípios, diretrizes e a gestão do trabalho como objetivo estratégico, do qual dependem a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade, no entanto para que isso aconteça é preciso “estruturar a gestão do trabalho, qualificar e valorizar os trabalhadores do SUAS” (NOB-RH/SUAS, 2006, p.15). Grande parte das dificuldades para a efetivação de resultados ocorrem devido a precarização do trabalho, que segundo Raichelis, se assemelha “do que atinge atualmente o conjunto da classe trabalhadora” (2011, p, 40), ou seja, as transformações no mundo do trabalho e a redução das políticas de Estado, com maior reflexo nos municípios pequenos, onde a maioria tem vínculos fragilizados, permitindo uma constante rotatividade e mudanças nas equipes de referência dos serviços, enfraquecendo a institucionalidade da política. Tal situação foi identificada recentemente em uma pesquisa realizada pelo “Comitê

Técnico Científico da Assistência Social do Consórcio do Nordeste⁸ e enfrentamento a COVID-19”, onde a mesma apresentou o perfil dos trabalhadores do SUAS dos municípios da região,

[...] predominância de mulheres, com 82% do total [...] atuação em média de 04 anos no SUAS (45%), dos quais 49% têm contratos temporários em contraposição aos ditames do regramento do SUAS como pacto de aprimoramento e NOB/SUAS-RH, que indica a necessária priorização dos vínculos permanentes adquiridos por concurso público. (BAMBERG, et al, 2022.p. 322).

Nesse sentido Silveira (2011), reforça que a gestão do trabalho significa referência e relevância para o aprimoramento do sistema, a medida em que “qualifica e efetiva a visibilidade da gestão do trabalho como componente indutor central na consolidação do SUAS” (2011, p.10). Além da precarização do trabalho, outro desafio a ser enfrentado diz respeito à formação e capacitação dos trabalhadores que atuam na rede socioassistencial, e para tal foi criada a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS/2013), com o objetivo de

“institucionalizar no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação”. (MDS, 2013, P, 27)

Na visão de Silveira, Raichelis e Muniz (2011), a implementação da educação permanente é fundamental, devido à complexidade inerente às atribuições do trabalho trazidos pela NOB-RH/SUAS, reconhecendo e requisitando algumas categorias profissionais de nível superior para atender “as especificidades dos serviços socioassistenciais e as funções de gestão do SUAS” (RAICHELIS, 2011, p, 40). A NOB-RH/SUAS/2006, segundo Silveira, além de reconhecer a essencialidade das diferentes áreas de conhecimento profissional, estabelece regras definindo funções, cargos, nível de formação superior, experiência em trabalhos comunitários e gestão de serviços e programas, projetos e benefícios. E para o campo da gestão a referência é o “desenvolvimento de atribuições de gestão do sistema municipal, planejamento, gerenciamento, coordenação, gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social e do sistema de informação, monitoramento e avaliação” (p,11-12). A tarefa tem uma grande dimensão, e para tal, “exigem processos continuados, que extrapolam mecanismos gerenciais de organização de trabalho e capacitações pontuais”, pois se constitui em “estratégia central”,

⁸ Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste, autarquia interfederativa instituída pela congregação dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, todos localizados na região nordeste do Brasil, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/institucional/>

junto a gestão do trabalho, para valorização dos trabalhadores com a realização de concurso público e Planos Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), contribuindo diretamente na qualificação dos serviços e superação de práticas fragmentadas, pautadas no conservadorismo histórico do assistencialismo e clientelismo.

Como destaca Lotta (2017), os “burocratas de rua” que representam o Estado, podem ser representados pelos trabalhadores da assistência social, à medida em que organizam e entregam políticas públicas à população. Muitas vezes não conseguem exercer o papel atribuído pela política e nem entregar serviços e produtos de maneira ideal, mas é através do fazer profissional que garantem à população acesso a proteção social, defesa e garantia de direitos.

Ressalta-se ainda que a falta de uma política de recursos humanos e a precarização do trabalho foi evidenciada durante a pandemia da COVID 19 onde esses trabalhadores não foram incluídos no grupo de prioridade para ser vacinado, mesmo tendo sido regulamentada⁹, a garantia da continuidade da oferta de serviços e programas socioassistenciais do SUAS integrados aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). A fragmentação e escassez de informação como ferramenta estratégica também causou impactos negativos na política de assistência social, gerando desproteções para garantir a proteção social aos trabalhadores do SUAS e à população durante a crise humanitária.

3.5 Contexto socioeconômico e político pós-pandemia da covid19: rebatimentos sobre a gestão da informação na Política de Assistência Social.

Para adentrar neste tema, as análises críticas de Sposati (2022b) e samico et al (2022), foram imprescindíveis, no sentido de que trazem perspectivas valiosas para o entendimento da dimensão dos problemas que a pandemia da covid19, trouxe para a população brasileira, principalmente as mais vulneráveis, que são público prioritário da assistência social. Sposati, traduz a crise gerada pela pandemia da covid 19, e os rebatimentos na proteção social no Brasil, como forma de “dar visibilidade em como é sobreviver sem proteção social”, demarcando

Um trânsito entre visibilidade e invisibilidade: a crise mostra o que era invisível fora dela, contendo a capacidade reveladora das invisibilidades que encobrem as desigualdades e as precariedades nas e das condições humanas de sobrevivência com dignidade. (SPOSATI, 2022, p. 342).

Na concepção da autora, o futuro da proteção social está em jogo quando as políticas

⁹ Portaria Nº 57, de 1º de abril de 2020/MC/SEDS/SNAS; Nota Técnica Nº 7/2020, Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730>, acesso em 10 de abr.2023.

sociais são reduzidas, onde a previdência social não consegue dar cobertura para grande parcela da população, “não se tem ainda a garantia de direitos”¹⁰, quando não se consegue fazer o enfrentamento das questões de subordinação de gênero, do racismo, da supremacia branca, pois a universalidade de acesso deve incluir a diversidade. Ela levanta questões sobre a “crise sociopolítica dos últimos quatro anos”, que precisa ser enfrentada no sentido em que a crise humanitária provocada pela pandemia da covid 19 colocou em debate “ o que é dignidade humana”. Nesse sentido aponta desafios para superação da crise, para além de pautas orçamentárias que foram reduzidas, mas também fazer “gestão com a fala dos usuários, dar respostas diante da ausência de recursos para atender suas demandas”. A vigilância socioassistencial, segundo Sposati, deve ser o meio de refletir as faltas, as ausências.

Os reflexos da crise humanitária mundial, de acordo com Samico (et al 2022), também trouxe consequências que agravaram as desigualdades sociais no Brasil, demandando necessidade de intervenção estatal em sua função protetiva. Diante das ausências, sobretudo de informação, a autora apresenta a experiência do grupo de vigilância socioassistencial do Consórcio Nordeste, composto por nove estados, trazendo “dimensões técnica e política na organização e socialização de informações”, entre os quais destaca, a “essencialidade da vigilância socioassistencial para o aprimoramento do SUAS, a necessária leitura da realidade social nordestina desenhada pela crise sanitária da Covid-19, com agravamento da desigualdade, caracterizada de “crise social”, mostrada pelo

modelo econômico e que está estratificada por raça, gênero e território, além de acrescer os efeitos da crise política circunscrita pelo governo atual, de marcas conservadoras e descompromissado com a igualdade social (SAMICO, et al, 2022, p. 313).

O resultados do trabalho do referido grupo objetivou orientar os “rumos da Política de Assistência Social no Nordeste”, bem como propiciar “ações políticas que resultaram na reversão da aceleração do desmonte e da discriminação do governo federal em relação à proteção social na região”(SAMICO, et al, 2022, p.313). O papel da Vigilância Socioassistencial, nesse contexto, tornou-se fundamental enquanto

[...] campo estruturante de coleta, sistematização e socialização de informações da realidade social e da rede protetiva, representa importante travessia para a

¹⁰ Assembléia Geral do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/PE), 2022, Garanhuns.

profissionalização da gestão na política de assistência social. Influência no aprimoramento da função de gestão do SUAS nos municípios (SAMICO, et al, 2022, p. 316).

A estrutura e configuração atual do SUAS, têm a vigilância socioassistencial enquanto função de monitorar as incidências de vulnerabilidades e riscos do território, bem como se configura em área estratégica para aprimoramento da gestão,

[...] pois tem capacidade e responsabilidade de apreender, sistematizar e socializar informações que demonstrem a desproteção social e, por conseguinte, os níveis de desigualdade, assim como o potencial protetivo desse da política de assistência social. (SAMICO, et al, 2022, p. 317).

Dada a relevância do tema, e aportes conceituais e teóricos abordados, ainda tem muito o que ser explorado e debatido, desse modo o projeto de intervenção pretende apresentar uma proposta reflexiva através de ações e metodologia participativa, visando contribuir com a qualificação dos processos de utilização da informação e dos instrumentos de gestão, destacados através do monitoramento e avaliação nas práticas cotidianas dos profissionais que atuam nos serviços socioassistenciais na rede de proteção social básica e especial de média complexidade do SUAS.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a Normas Operacionais Básicas (NOB/2012) reafirmam a vigilância socioassistencial como função do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em conjunto com a proteção social e a defesa de direitos, que devem ser constituídas nos âmbitos federal, estadual e municipal. A vigilância segundo a NOB tem um duplo olhar sobre a informação, um para geração de dados e produção de informações sobre vulnerabilidade e riscos dos territórios e outro para padrão de qualidade dos serviços. Nos artigos 88 e 90 da supracitada norma traz ainda a importância da vigilância em sua relação com o planejamento e a execução dos serviços socioassistenciais.

Desse modo para garantir que esta função de vigilância se materialize no SUAS, e possa produzir os resultados que se espera, entre os quais destacamos a elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade e riscos, o mapeamento da cobertura da rede que presta os serviços, a identificação da demanda e da oferta, o planejamento das ações e o monitoramento e avaliação, se faz necessário que a gestão municipal e sua rede de serviços adotem a gestão da informação como um processo organizado, estruturado para produzir informações confiáveis.

Nesse sentido a vigilância deve ser ao mesmo tempo um processo e um produto, que de acordo com as orientações normativas e técnicas do SUAS, deve ser executada através de um sistema tecnológico, que possa gerar matéria-prima para a gestão, como forma de “superar leitura subjetiva, individual e pontual” (BRASIL, 2013, p. 17) e ao mesmo tempo gerando resultados para a garantia de proteção social e defesa de direitos para a população.

Com respaldo no enfoque da função da vigilância na assistência social enquanto processo e geradora de produtos, é que se faz necessário o conhecimento e se reconhece a importância da utilização das ferramentas de gestão da informação.

Segundo Garcia (2013), às ferramentas de gestão da informação adotadas pelo SUAS, contribuem “para a democratização da política de assistência social e para qualificação da prática profissional”, no entanto, os desafios para a sua implantação são muitos, principalmente nos municípios de pequeno porte.

4.1 JUSTIFICATIVA

Levando em consideração os desafios apontados, destaca-se a relevância em focar a proposta de intervenção na gestão da informação, que se configura como um dos eixos estruturante do SUAS, com destaque o monitoramento e a avaliação, como importantes ferramentas de gestão para qualificar as ações da Proteção Social no município de Capoeiras.

A proposta que será apresentada tem a finalidade de contribuir para produção de conhecimentos e a possibilidade de superação dos desafios com possível afastamento da problemática diagnosticada, a partir do olhar da vigilância socioassistencial.

Considerando a necessidade de realização do monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais, a partir dos sistemas de informação da rede SUAS, para subsidiar a elaboração do diagnóstico, planejamento, Planos de Ação Anuais e os Planos Plurianuais (PPA), a gestão municipal por meio do setor de vigilância socioassistencial, identificou algumas situações nos registros do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e no serviço de Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI), que precisam ser revistas entre as quais destacam-se: a dificuldade de utilização das ferramentas da informação para uma melhor execução do serviço e produção de resultados, pois identificou-se uma discrepância entre os números dos dados coletados entre o Registro Mensal de Atendimento (RMA) e instrumentais técnicos (fichas de atendimento, prontuário SUAS e relatórios); ausência de planejamento das ações de acordo com as principais demandas para os serviços, vulnerabilidades e risco do território; ausência de elaboração do Plano de Acompanhamento

familiar (PAF); dificuldades para planejar, monitorar e avaliar o Trabalho Social com Família (TAF).

Diante da problemática apresentada surgiu o questionamento de como a vigilância socioassistencial poderia contribuir para superação das dificuldades de gestão da informação, sobretudo de monitoramento e avaliação para elaboração de diagnósticos, planejamento das ações dos serviços socioassistenciais ofertadas a população. O diagnóstico socioterritorial necessita de fontes de informações confiáveis e coletadas a partir dos territórios, onde segundo Koga (2016) deve-se capturar a vida que está acontecendo e uma das fontes primordiais é através dos trabalhadores do SUAS

4.2 OBJETIVOS

4.2.1 Objetivo Geral

Contribuir com o estabelecimento de condições estimulantes para que os profissionais que atuam nas equipes técnicas do SUAS, utilizem os instrumentos de gestão da informação para qualificar as ações e serviços ofertados à população.

4.2.3 Objetivos Específicos

Refletir sobre a importância da utilização das informações coletadas nos instrumentais técnicos para produção de conhecimento sobre vulnerabilidades e riscos do território;

Discutir e pactuar fluxos e procedimentos para a sistematização das informações produzidas que retratem de forma efetiva as demandas apresentadas pelos usuários dos serviços;

Utilizar as informações coletadas nos instrumentais técnicos para o monitoramento, avaliação e planejamento das ações e do trabalho social com famílias.

4.3 ATIVIDADES

Inicialmente será realizada uma reunião para apresentação do projeto a gestão da Secretaria de Assistência Social do município de Capoeiras, e posteriormente as equipes técnicas do CRAS e do CREAS, para mostrar a importância da proposta para qualificação do trabalho desenvolvido.

Após apresentação do projeto será pactuado um cronograma, indicando o período de vigência da proposta que será de um ano, onde nos dois primeiros meses serão realizados

encontros de grupos de estudo para reflexão sobre a importância da utilização das informações coletadas para produção de conhecimento e diagnóstico socioterritorial.

No terceiro mês serão promovidas oficinas para elaboração de planejamentos a partir de estudos de casos, e informações dos instrumentais e ferramentas de informação da Rede Suas.

Concomitantemente as etapas iniciais será construído um protocolo com definição de fluxos de sistematização de informações, estabelecimento de metas e indicadores de acordo com as ações previstas nas normativas do SUAS.

Durante toda a vigência do projeto serão promovidos ciclos de capacitação sobre os sistemas de informação do SUAS, e sua interface com o planejamento, monitoramento e avaliação;

Utilização de instrumental para realização do monitoramento e avaliação das ações do projeto de forma participativa.

Apresentação do resultado final das ações do projeto para a gestão municipal, profissionais envolvidos, e elaborar um boletim informativo com os resultados e impactos do projeto.

4. 4. METODOLOGIA

As ações serão desenvolvidas por meio da abordagem quali-quantitativa, pois a etapa inicial da intervenção terá como base para estudo e reflexão as informações consolidadas nas ferramentas de gestão da informação da Rede Suas, e nos Indicadores de Desempenho (ID) CRAS e CREAS. Serão também consideradas as análises realizadas nas observações e comportamentos dos sujeitos envolvidos na construção de novas formas de ação com estabelecimento de rotinas de planejamento estratégico para superação das dificuldades de forma participativa.

Para qualificar o processo de sistematização das informações, para garantir a eficiência, efetividade das ações e serviços ofertados pelas equipes técnicas às populações usuárias serão realizadas capacitações sistemáticas a partir do referencial teórico, levantamento bibliográfico sobre o tema, publicações do governo federal e estadual, guias e manuais técnicos de operacionalização dos sistemas oficiais de gestão da informação.

Nesse sentido, a escolha do público alvo, ou seja, as equipes de referência de nível superior que atuam no PAIF e no PAEFI, ocorreu a partir do princípio estabelecido pela pesquisa científica, em que se indaga “quais os indivíduos sociais têm mais vinculação com o problema a ser investigado”? “A boa seleção dos sujeitos ou casos a serem incluídos no estudo

é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 2006, p.48).

A intervenção pretende, dessa forma dar resposta a questões particulares, que de acordo com Minayo, 2006 “[...] se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”, seu foco será compreender e propor um modo de intervenção que traga mudanças significativas e transformação do modo como é vista a importância da gestão da informação para qualificar os processos de trabalho nos serviços socioassistenciais.

Para alcance dos resultados traçados por meio dos objetivos, e das atividades previstas, serão utilizadas técnicas que fazem parte do dia a dia da equipe, como reuniões mensais para avaliar o uso dos instrumentais, elaborar estudos de casos, realização de diagnósticos, planejar as intervenções a partir do monitoramento das situações de incidências de violações de direitos no território de abrangência dos equipamentos e avaliar os resultados alcançados.

Para Composição do referencial teórico que embasará este projeto de intervenção, foram feitas pesquisas bibliográficas sobre o tema, guias metodológicos publicados pelo governo federal, legislação pertinente ao tema, bem como base de dados dos sistemas de gestão da informação da Rede SUAS.

Para esse projeto não haverá necessidade de recursos financeiros e nem de equipamentos específicos, uma vez que serão utilizados os recursos humanos e materiais existentes na instituição onde o mesmo vai ser executado.

4. 5. RESULTADOS ESPERADOS

O principal resultado será o aprimoramento da gestão das informações socioassistenciais para realização de diagnóstico e planejamentos adequados, capazes de atender as demandas dos serviços e melhorar os indicadores do município. Além de contribuir para o aprimoramento do trabalho das equipes, que são os beneficiários diretos do projeto, e para a população que é a beneficiária indireta, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

4. 6. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada durante todo o processo de implantação e implementação do projeto, com a participação dos atores envolvidos diretamente, através de aplicação de instrumentais elaborados com essa finalidade.

Serão realizadas reuniões com as equipes e a gestão da assistência social a cada dois meses para avaliar as ações e corrigir os possíveis entraves para o desenvolvimento do projeto.

A avaliação final do projeto será publicada através de um boletim informativo onde serão identificados os resultados e possíveis aumentos positivos dos indicadores ID CRAS e ID CREAS.

4.7 PREVISÃO DE CRONOGRAMA

Mês	Atividades											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Apresentação do projeto de intervenção e pactuação do cronograma de atividades.	X											
Grupos de estudo e reflexão		X	X	X								
Construção do Protocolo		X	X	X								
Oficina para elaboração do Plano estratégico			X									
Capacitações com as equipes técnicas				X		X		X				
Utilização de instrumental para realização do monitoramento e avaliação.		X		X		X		X		X	X	X
Resultado final das ações do projeto e elaboração de um boletim												X

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todas as etapas da construção do projeto de intervenção, a ideia central e objeto de estudo e pesquisa sempre foi relacionada às dificuldades que grande parte dos gestores e profissionais do SUAS tem de incorporar em seus processos de trabalho as ferramentas tecnológicas relacionadas ao universo da informação para planejar e executar as ações da Política de Assistência Social.

Nos estudos a partir dos referenciais teóricos abordado durante o curso, foi ganhando forma as concepções que trouxeram significado lógico para decifrar algumas questões que permeiam a formulação de política públicas, principalmente, as influências históricas, socioeconômicas, políticas e culturais, que estão presentes durante todo o seu ciclo até que a mesma se transforme em ações concretas para responder às demandas da sociedade e dar resposta aos problemas públicos. Nesse sentido, se ancora a percepção de que a informação que se transforma em conhecimento, alimenta toda essa cadeia produtiva, trazendo os elementos

que subsidiam os processos de avaliação e diagnóstico de situações problemas, aparece como uma importante estratégia de planejamento estratégico e operacional para qualquer política, programa ou projeto que busca produzir resultados efetivos.

No entanto, ao vivenciar a prática cotidiana da política de assistência social, sobretudo nos municípios pequenos porte, estruturar a gestão da informação, ainda se constitui um obstáculo a ser superado, tendo em vista, a complexidade da incumbência que a PNAS e a NOB/SUAS trazem com exigências que demandam uma maior capacidade de gestão, que requisita disponibilidade de recursos tecnológico e humano qualificados para dar conta da tarefa. Desse modo, introduzir práticas conscientes de utilização e sistematização da informação, contribuem para o monitoramento e identificação das incidências de vulnerabilidades e riscos dos territórios, bem como avaliar a qualidade das ofertas e dos padrões dos serviços socioassistenciais.

Nesse sentido a vigilância socioassistencial enquanto função da Política de Assistência Social, tem um papel importante nesse campo informacional, pois é a partir dela que a informação transforma dados coletados pela rede de serviços em conhecimentos imprescindíveis para a gestão da política, e para instrumentalizar a prática profissional dos técnicos de referência dos serviços da proteção social básica e especial.

O caminho a percorrer é longo e árduo para atingir essa percepção com adoção de medidas efetivas que promovam mudanças, sobretudo no reconhecimento de que a área da vigilância socioassistencial é estratégica para a gestão da informação produzir diagnósticos que orientem o planejamento e a execução dos serviços para promoção efetiva da Proteção Social a população que necessita das provisões e seguranças afiançadas pela PNAS.

REFERÊNCIAS

ARREGUI, C.; KOGA, Dirce. Vigilância socioassistencial: garantia do caráter público na Política de Assistência Social. BRASIL, Capacitasuas, Caderno, v. 3, 2013.

ASSIS, Marluce Maria; VILÃO, Tereza Cristina Scatena. Controle social e a democratização da informação: um processo em construção. In: Revista Latino-Americano de Enfermagem 2003 maio-junho; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/H6d6yTVBKtLtyjxYFN6bSKk/?format=pdf&lang=pt.> Acesso em 26 de agosto de 2022.

BAMBERG, L; RIZZOTTI, M.L; SAMICO, S.L. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONSÓRCIO NORDESTE: dimensão técnica e política da construção de conhecimento e domínio da informação. In: CONSERVA, Marinalva; PRICONELL-LUCAS, Antonia (org). TEORIA SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XXI. João Pessoa: UFPB, 2022. p. 310-325. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows/Desktop/EBOOK_UFPB_PROTEC%CC%A7A%CC%83O_SOCIAL%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Desktop/EBOOK_UFPB_PROTEC%CC%A7A%CC%83O_SOCIAL%20(1).pdf). Acesso em: 03 de abril de 2023.

BORGES, Afonso Henriques, et al. A Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação: um relato do processo de sua criação. Revista Brasileira de monitoramento e avaliação, Brasília, DF, v 1, p, 4-35.

BUENO, Nayara Cristina; CARLOTO, Cássia Maria. Avaliação e monitoramento da política de assistência social: uma proposta em construção. R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/J54rDMbvR34WmdP6VjVNTNz/?format=pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 08 de dezembro de 1993.

BRASIL. CapacitaSUS, vol 3. Vigilância Socioassistencial: garantia do caráter público da política de Assistência Social. Brasília, MDS/IEE da PUC-SP, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. V Conferência Nacional de Assistência Social, Deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social. In: Anais da V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, CNAS, 2005.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2012. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, dezembro de 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação. N.1.Jan-jun/2011. Brasília: SAGI/MDS.

CAVALCANTI, Sérgio; LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho. Contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua. 2018.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três Economias Políticas do Welfare State. Lua Nova, São Paulo, n. 24, 1991.

GARCIA, Ana Lucia da Silva. A implementação do sistema de informação e gestão do SUAS na Política de Assistência Social: reflexos nas práticas profissionais e na democratização das políticas públicas. O Social em Questão - Ano XVII - nº 30 – 2013. p.71. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Garcia_4.pdf. Acesso em 27 de maio de 2022.

GIACOBBO, Mauro. O Desafio da Implementação do Planejamento Estratégico nas organizações públicas. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1003>. Acesso em 29 de dez. 20

- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil, 2005. Disponível: <http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>. Acesso em, 07 de março de 2023.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução dos conceitos técnicos. São Paulo: Alínea, 2016.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. O Estado do Bem-Estar na Idade da Razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- LOTTA, Gabriela Spanghero. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. Revista de Sociologia e Política. Recebido em 24 de abril de 2017. Aceito em 21 de outubro de 2017,
- MINAYO, M. C. S. et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MUNIZ, Egli. Equipes de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. In: CRUZ, José (org.). Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília. DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 87-123.
- PERNAMBUCO. Plano Estadual de Assistência Social, 2016-2019. Recife, 2016. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/05202020065513-peas.pernambuco.2020.2023.com.resolucao.ceas.pdf>. Acesso em 29 de nov. 2022.
- RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, set. /out. 2012, p 1-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 10 de abr. 2023.
- RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência Social. In: CRUZ, José (org.). Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília. DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 39-65.
- RAUPP, Heraida Cyreli. A construção de um sistema de informações democrático para a política de assistência social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS, p.1-97.2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/516>. Acesso em 23 de mar. 2023
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL), Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan. /jun. 2008.
- SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning.2014.
- SILVEIRA, Jucimere. Gestão do Trabalho: concepção e significado para o SUAS. In: CRUZ, José (org.). Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília. DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 9-39
- SPOSATI, Aldaíza. Unidade Estratégica e Política de Assistência Social. In: Assembléia Geral do COEGEMAS-PE.2022, Garanhuns.
- SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: De Ação Individual a Direito Social. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul. /dez. 2007.
- SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social. Editora Cortez, 2007.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, [S. l.], v. 8, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 28 mar. 2023.

TAPAJÓS, Luziele. Gestão da Informação no SUAS. In: Serviço Social e Sociedade, Ano XXVII, n. 87 – setembro 2006, São Paulo: Cortez, 2006.

XUN Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; Guia de políticas públicas: gerenciando processos traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.